

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade:	TRABISERV GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	09.529.872/0001-16
Número de Ordem do Livro:	15		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TRABISERV GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI
NIRE	42600545941
CNPJ	09.529.872/0001-16
Número de Ordem	15
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	FLORIANOPOLIS
Data do arquivamento dos atos constitutivos	22/04/2019
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15640

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TRABISERV GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	15
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15640
Data de início	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.BF.85.DD.98.99.E8.0B.EE.84.70.FA.30.31.71.49.3B.3B.C0.2A-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42600545941	CNPJ 09.529.872/0001-16	
NOME EMPRESARIAL TRABISERV GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 15
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) B7.BF.85.DD.98.99.E8.0B.EE.84.70.FA.30.31.71.49.3B.3B.C0.2A	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	03489756517	BRUNO DE LIMA BIANA:03489756517	847976687426052069 896107749118163296 82	24/10/2022 a 24/10/2023	Não
Pessoa jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	09529872000116	TRABISERV GESTAO EMPRESARIAL EIRELI:09529872000116	613309572465064904 6	29/11/2022 a 29/11/2023	Sim

NÚMERO DO RECIBO:
B7.BF.85.DD.98.99.E8.0B.EE.84.70.FA.
30.31.71.49.3B.3B.C0.2A-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 27/04/2023 às 11:29:22

02.39.87.9A.61.65.22.36
5D.9B.19.9A.4B.31.C3.58

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade:

TRABISERV GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI

Período da Escrituração:

01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ:

09.529.872/0001-16

Número de Ordem do Livro:

15

Período Selecionado:

01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 861.540,41	R\$ 805.230,02
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 743.090,47	R\$ 706.017,16
DISPONÍVEL		R\$ 446.161,83	R\$ 530.263,13
CAIXA		R\$ 206.802,94	R\$ 446.571,10
CAIXA GERAL		R\$ 206.802,94	R\$ 446.571,10
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 75.856,91	R\$ 79.749,06
BANCO DO BRASIL		R\$ 51.887,52	R\$ 74.731,49
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 23.969,39	R\$ 5.017,57
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 163.501,98	R\$ 3.942,97
APLICAÇÃO AUTOMÁTICA BB		R\$ 163.501,98	R\$ 3.942,97
CLIENTES		R\$ 247.597,84	R\$ 0,00
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 247.597,84	R\$ 0,00
GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS		R\$ 247.597,84	R\$ 0,00
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 6.728,50	R\$ 130.728,31
EMPRÉSTIMOS A RECEBER		R\$ 0,00	R\$ 129.465,21
EMPRESTIMO		R\$ 0,00	R\$ 128.500,00
EMPRÉSTIMO A SÓCIO		R\$ 0,00	R\$ 965,21
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		R\$ 6.728,50	R\$ 1.263,10
ISS A RECUPERAR		R\$ 6.728,50	R\$ 1.263,10
ESTOQUE		R\$ 42.602,30	R\$ 45.025,72
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS		R\$ 42.602,30	R\$ 45.025,72
MERCADORIAS PARA REVENDA		R\$ 42.602,30	R\$ 45.025,72
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 118.449,94	R\$ 99.212,86
IMOBILIZADO		R\$ 118.449,94	R\$ 99.212,86
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		R\$ 192.370,83	R\$ 192.370,83
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 192.370,83	R\$ 192.370,83
VEÍCULOS		R\$ 60.542,83	R\$ 60.542,83
VEÍCULOS		R\$ 60.542,83	R\$ 60.542,83
(-) (-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL		R\$ (134.463,72)	R\$ (153.700,80)
(-) (-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER		R\$ (73.920,89)	R\$ (93.157,97)
(-) (-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS		R\$ (60.542,83)	R\$ (60.542,83)
PASSIVO		R\$ 861.540,41	R\$ 805.230,02
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 317.492,71	R\$ 190.041,30
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 26.690,51	R\$ 20.776,62
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R\$ 26.690,51	R\$ 20.776,62
IRRF A RECOLHER		R\$ 3.759,89	R\$ 4.668,21
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		R\$ 22.930,62	R\$ 16.108,41
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R\$ 150.165,81	R\$ 169.264,68
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R\$ 53.064,87	R\$ 58.547,89
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 52.134,82	R\$ 57.617,84
PRÓ-LABORE A PAGAR		R\$ 930,05	R\$ 930,05
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R\$ 22.799,73	R\$ 7.761,53
INSS A RECOLHER		R\$ 16.060,73	R\$ 0,00
FGTS A RECOLHER		R\$ 6.739,00	R\$ 7.761,53
PROVISÕES		R\$ 74.301,21	R\$ 102.955,26
PROVISÕES PARA FÉRIAS		R\$ 74.301,21	R\$ 102.955,26
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 140.636,39	R\$ 0,00
EMPRÉSTIMOS		R\$ 140.636,39	R\$ 0,00
EMPRESTIMO CAIXA		R\$ 140.636,39	R\$ 0,00
(-) PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ (31.304,14)	R\$ 0,00
(-) PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ (31.304,14)	R\$ 0,00
(-) PARCELAMENTOS FEDERAIS		R\$ (31.304,14)	R\$ 0,00
(-) PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL		R\$ (31.304,14)	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 575.351,84	R\$ 615.188,72
CAPITAL SOCIAL		R\$ 175.000,00	R\$ 175.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 175.000,00	R\$ 175.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 175.000,00	R\$ 175.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 400.351,84	R\$ 440.188,72
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 400.351,84	R\$ 440.188,72
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 400.351,84	R\$ 440.188,72

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.BF.85.DD.98.99.E8.0B.EE.84.70.FA.30.31.71.49.3B.3B.C0.2A-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade:	TRABISERV GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	09.529.872/0001-16
Número de Ordem do Livro:	15		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 1.812.356,33	R\$ 1.904.013,37
SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ 1.812.356,33	R\$ 1.904.013,37
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (188.087,61)	R\$ (239.329,43)
(-) (-) ISS		R\$ (52.746,82)	R\$ (52.956,33)
(-) (-) SIMPLES NACIONAL		R\$ (135.340,79)	R\$ (186.373,10)
= RECEITA LÍQUIDA		R\$ 1.624.268,72	R\$ 1.664.683,94
(-) (-) CMV		R\$ (18.258,13)	R\$ (0,00)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (18.258,13)	R\$ (0,00)
= LUCRO BRUTO		R\$ 1.606.010,59	R\$ 1.664.683,94
(-) (-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (1.515.364,11)	R\$ (1.624.847,06)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (1.515.364,11)	R\$ (1.624.847,06)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (707.780,55)	R\$ (860.458,36)
(-) PRÓ-LABORE		R\$ (12.540,00)	R\$ (12.540,00)
(-) 13º SALÁRIO		R\$ (59.369,72)	R\$ (99.822,58)
(-) FÉRIAS		R\$ (66.852,13)	R\$ (112.272,12)
(-) INSS		R\$ (152.938,00)	R\$ (196.495,33)
(-) FGTS		R\$ (80.310,00)	R\$ (98.163,84)
(-) INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO		R\$ (5.626,23)	R\$ (1.729,64)
(-) ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL		R\$ (459,00)	R\$ (0,00)
VALE TRANSPORTE		R\$ 16.113,08	R\$ 34.585,50
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO EMPREGADOS		R\$ (36.701,26)	R\$ 35.060,97
(-) UNIFORMES		R\$ (560,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (169.932,52)	R\$ (198.992,25)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R\$ (2.194,30)	R\$ (2.012,44)
(-) ÁGUA E ESGOTO		R\$ (450,00)	R\$ (0,00)
(-) TELEFONE		R\$ (1.933,49)	R\$ (1.027,78)
(-) SEGUROS		R\$ (12.474,99)	R\$ (916,13)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO		R\$ (91.938,56)	R\$ (23.550,69)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		R\$ (18.228,68)	R\$ (0,00)
(-) MATERIAL USO E CONSUMO		R\$ (86.843,79)	R\$ (65.856,84)
(-) DESPESAS COM CONDOMÍNIO		R\$ (254,01)	R\$ (0,00)
(-) DEPRECIAÇÕES		R\$ (20.840,17)	R\$ (19.237,08)
(-) DESPESAS BANCÁRIAS		R\$ (3.249,79)	R\$ (1.418,45)
= LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL		R\$ 90.646,48	R\$ 39.836,88
= RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E CSLL		R\$ 90.646,48	R\$ 39.836,88
= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		R\$ 90.646,48	R\$ 39.836,88
= LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 90.646,48	R\$ 39.836,88
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 90.646,48	R\$ 39.836,88

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.BF.85.DD.98.99.E8.0B.EE.84.70.FA.30.31.71.49.3B.3B.C0.2A-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A TRABISERV GESTÃO EMPRESARIAL, tem sua sede na cidade de Florianópolis, Estado do Santa Catarina, foi constituída em 30/04/2008, e tem por objeto principal atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, no âmbito estadual e federal atuando quase que em sua totalidade.

1.1. INFORMAÇÃO DO SEGMENTO

a) Critério de identificação dos segmentos operacionais.

A empresa definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais apresentados nas demonstrações contábeis são demonstrados a seguir:

(i) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

As Atividades Econômicas secundárias são demonstradas a seguir:

Serviços de encadernação e plastificação

Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação

Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação

Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação

Organização logística do transporte de carga

Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet

Serviços de tradução, interpretação e similares

Seleção e agenciamento de mão-de-obra

Atividades de vigilância e segurança privada

Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais

Limpeza em prédios e em domicílios

Imunização e controle de pragas urbanas

Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

Atividades paisagísticas

Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

Fotocópias

Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

Atividades de teleatendimento

Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

b) Informações das receitas líquidas de vendas

Parte total da receita líquida consolidada é proveniente de licitações.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Resolução 1255/2009, Resolução 1171/2009. Elas foram elaboradas considerando o custo histórico como base do valor.

2.2. Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela empresa são:

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Apuração do resultado do Contratos de Construção por empreitada, venda de Imóveis e outras

São observados os procedimentos e as normas estabelecidas pelas Resoluções CFC no 1171/09 e os pronunciamentos técnicos CPCs 12 - Ajuste a Valor Presente e a interpretação técnica ICPC 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário, emitidos pelo CPC.

(b.1) A apuração do resultado de Contratos de construção por empreitada.

As receitas são reconhecidas com base no critério de licitação. Os custos são reconhecidos quando incorridos, utilizando como base o regime de competência, sendo estes reconhecimentos cor centro de custo.

Das receitas são deduzidos os tributos a compensar, calculados por estimativa e com base no lucro real.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da empresa no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. Porém como determina a NBC TG Estrutura Conceitual, Resolução 1374/2011, item nº 4.41 *“O uso de estimativas razoáveis é uma parte essencial da elaboração das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade.”* Sempre que não existia base razoável para realizar uma estimativa, esta não foi feita.

Foram efetuadas estimativas pertinentes a receita a faturar, tributos a compensar, contingências, entre outras.

(d) Características qualitativas das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância do regime de competência, exceto a demonstração dos Fluxos de Caixa e dentro das exigências da NBC TG Estrutura Conceitual, Resolução CFC nº 1374/2011, conforme a seguir:

Características qualitativas fundamentais:

Relevância: Foram consideradas como relevantes as informações capazes de fazer diferença nas decisões por parte dos usuários das demonstrações contábeis;

Representação Fidedigna: As informações contábeis foram consideradas fidedignas quando representavam com fidedignidade o fenômeno que estavam por representar, sendo completa, neutra e livre de erro e ainda retratando essencialmente a realidade econômica dos fatos contábeis.

Características qualitativas de melhoria:

Comparabilidade: Todas as demonstrações, bem como os quadros ilustrativos em notas explicativas foram produzidos com saldos de dois anos consecutivos, sendo o exercício encerrado (2021) e o imediatamente anterior (2020). O elenco de contas também foi produzido dentro do que recomendam as normas brasileiras de contabilidade já convergidas às normas internacionais (IFRS) para assim propiciar a comparabilidade com outras empresas no mercado;

Verificabilidade: Embora muitos valores apresentados nas demonstrações contábeis sejam baseados em estimativas, estes se prestam a verificabilidade de diferentes observadores, cômicos e independentes sendo possível chegar a um consenso, embora não necessariamente a um completo acordo, conforme determinada a Resolução CFC nº 1374/2011, QC26;

Tempestividade: Tomou-se cuidado especial para sempre produzir as informações contábeis dentro do tempo de decisão.

Compreensibilidade: Os relatórios e demonstrações contábeis foram elaborados visando atender usuários com razoável conhecimento de negócios e de atividade econômica e que analisem a informação diligentemente

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da empresa de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A empresa está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da empresa de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

(e) Conjunto de Demonstrações Contábeis

Com base na NBC TG 26, Resolução CFC nº 1185/2009 a empresa elaborou as seguintes demonstrações contábeis individuais: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas.

(e.1) Demonstração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o regime de competência onde os efeitos das operações e de outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando são recebidos ou pagos como caixa ou equivalente de caixa) e são registrados na contabilidade e divulgados nas demonstrações contábeis dos períodos aos quais se referem. Foram ainda consideradas as legislações específicas e demais legislações aplicáveis tais como as normas brasileiras de contabilidade, editadas e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em consonância com as normas internacionais de contabilidade conhecidas como IFRS.

As receitas de vendas e serviços foram reconhecidas pelo valor justo recebido ou a receber através do regime de competência. Na definição do valor justo foi levado em consideração o valor de qualquer desconto comercial e os descontos e abatimentos por volume concedidos pela empresa.

As receitas de vendas e serviços somente foram reconhecidas quando possível estimar de forma confiável e ainda de acordo com o estágio de execução do referido serviço, através do método da percentagem completada, e quando todas as seguintes condições foram consideradas satisfeitas: o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a empresa; o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável; os

custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável, tudo em conformidade com o que determina a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, Resolução CFC nº. 1.374/2011, item nº 4.47 que assim determina: “a receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com a diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade [...]” Os serviços que foram executados por um número indeterminado de atos durante um período de tempo foram reconhecidos com base nas medições efetuadas.

As receitas decorrentes de aplicações financeiras foram reconhecidas através do regime de competência sempre que era provável que benefícios econômicos associados com a transação fluirão à empresa e o valor da receita pudesse ser mensurado de forma confiável. Os juros foram reconhecidos através da aplicação do método da taxa efetiva de juros.

(e.2) Demonstração de Resultado Abrangente

De acordo com a Resolução CFC nº 1.185/09 e o CPC 26 a demonstração do resultado abrangente é obrigatória, mesmo não sendo prevista na Lei nº 6.404/76. O normativo internacional define o resultado abrangente como “uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas dos sócios. Isso inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios e distribuições aos sócios”. A demonstração de resultados abrangentes é uma importante ferramenta de análise, pois, respeitando o princípio de competência de exercícios, atualiza o capital próprio dos sócios, através do registro no patrimônio líquido (e não no resultado) das receitas e despesas incorridas, porém de realização financeira “incerta”, uma vez que decorrem de investimentos de longo prazo, sem data prevista de resgate ou outra forma de alienação. Na prática o resultado abrangente visa apresentar os ajustes efetuados no Patrimônio Líquido como se fosse um lucro da empresa, por exemplo, a conta ajuste da avaliação patrimonial, registra as modificações de ativos e passivos a valor justo, que pelo princípio da competência não entram na DRE, no entanto, no lucro abrangente estas variações serão computadas, a fim de apresentar o lucro o mais próximo da realidade econômica da empresa. O CPC 26, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade estabelece que o lucro abrangente seja calculado a partir do lucro líquido apurado na DRE, assim a demonstração do resultado abrangente deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas:

Resultado líquido do período;

Cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza;

Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial; e

Resultado abrangente do período.

(e.3) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido tem objetivo apresentar o resultado da empresa para um período contábil, tanto receitas e despesas, que foram reconhecidas diretamente dentro do patrimônio líquido e ainda demonstrar os efeitos das mudanças em práticas contábeis (convergências às normas internacionais de contabilidade) e correções de erros de exercícios anteriores, valores investidos pelos sócios os lucros e outras distribuições que possam ter ocorrido durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) apresenta todas as movimentações ocorridas dentro do patrimônio líquido durante os períodos cobertos por estas demonstrações contábeis.

(e.4) Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem a finalidade de demonstrar os fluxos de caixas e equivalentes de caixa ocorridos durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis. Esta demonstração foi elaborada através do regime de caixa conforme determina a NBC TG 03 (R1), Resolução CFC nº. 1.296/2010 e está apresentada pelo método indireto de maneira a deixar transparentes os fluxos operacionais, investimentos e financiamentos da empresa.

Foram classificadas como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são mantidas pela empresa com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. O tempo do curto prazo foi considerado pela empresa como sendo de até 90 dias da data do fechamento das demonstrações contábeis.

Nas atividades operacionais foram consideradas todas aquelas que visam gerar receitas à empresa de maneira constante, em especial, todas as transações que passaram pelo resultado decorrente da atividade fim da empresa.

Foram classificados como atividades de investimentos as aquisições ou alienações de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, em especial: pagamentos de caixa para aquisições de ativos imobilizados, ativos intangíveis e outros ativos de longo prazo; recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo; pagamentos para aquisição de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras empresas e participações societárias (exceto desembolsos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação ou venda); recebimentos de caixa resultantes da venda de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras empresas e participações societárias (exceto recebimentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação ou venda); adiantamentos de caixa e empréstimos concedidos a terceiros; recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos e amortização de empréstimos concedidos a terceiros; pagamentos de caixa por contratos futuros, contratos a termo; recebimentos de caixa derivados de contratos futuros, contratos a termo, contratos de opção, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação ou venda, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Foram classificados como atividades de financiamentos aquelas que resultam das alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da empresa, em especial: caixa recebido pela emissão de instrumento patrimonial ou equivalente de caixa; pagamentos de caixa a investidores para adquirir ou resgatar quotas da empresa; caixa recebido por empréstimos, títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos; pagamentos para amortização de empréstimo; pagamentos de caixa por um arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil (*leasing*) financeiro

(f) Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.

(h) Instrumentos Financeiros

As aplicações financeiras estão atualizadas pelas taxas pactuadas nos respectivos contratos, calculadas e apropriadas pró rata dia;

Os créditos a receber estão apresentados líquidos do ajuste a valor presente, conforme determina a NBC TG 12 aprovada pela Resolução CFC nº. 1151/2009, calculado sobre as parcelas das vendas a prazo, com base nas taxas de juros de mercado.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as: NBC TG 38, Resolução CFC nº. 1196/2009, NBC TG 39, Resolução CFC nº. 1197/2009, NBC TG 40, Resolução CFC nº. 1198/2009 e NBC TG 40, Resolução CFC nº. 1399/2012. Para os instrumentos financeiros básicos foi adotado o método do custo amortizado.

O reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, foi efetivamente realizado quando a empresa tornou-se parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. A mensuração inicial de ativos e passivos financeiros se deu através do custo da operação, incluindo os custos de transação, com exceção dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. Sempre que o instrumento financeiro se caracterizava como operação de financiamento os ativos e passivos foram ajustados a valor presente com base nos pagamentos futuros.

(i) Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação quando a operação é executada, utilizado o critério de medição, não foi utilizada a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a empresa não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

Os clientes faturados estão reconhecidos pelo valor líquido de realização.

Cronograma da carteira de recebíveis

A carteira de recebíveis é apresentada com base na expectativa de recebimentos, considerando a receita já reconhecida e a reconhecer, os recebimentos são todos a Curto Prazo.

(j) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição. O custo das obras em andamento é representado pelos insumos destinados a execução do contrato, locação de equipamentos, mão de obra, entre outros, conforme Resolução CFC nº 1171/2009.

São contabilizados no estoque e apropriados mês a mês com base na sua aplicação.

k) Investimentos

Os investimentos em outras sociedades, quando não relevantes, foram avaliados pelo custo de aquisição, porém quando relevantes sem controle das políticas operacionais e financeiras foram avaliados a valor justo no resultado e nas controladas pelo método de equivalência patrimonial. A empresa não possui investimentos.

(l) Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora

de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

(m) imobilizado

Imobilizado, avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados ativos imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou de serviços ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os Riscos, os Benefícios e o Controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

As peças de reposição de itens do imobilizado, quando seu valor era relevante, material e existia possibilidade de ser utilizadas por mais de um período foram consideradas como imobilizado. Na ocasião da ativação das peças de reposição, as peças antigas, foram baixadas. Quando não foi possível baixar as peças antigas, as de reposição foram consideradas como despesas no resultado.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto do imobilizado estar em condições de uso. Os itens adquiridos através de financiamento, exceto ativos qualificáveis, foram considerados no reconhecimento inicial pelo valor presente dos pagamentos futuros ou valor justo, dos dois, o menor.

O ativo imobilizado foi depreciado através do método linear com base em laudos de avaliação produzidos por profissionais especializados em avaliação de ativos, levando em conta a estimativa da vida útil de cada item sendo que as despesas de depreciação foram reconhecidas no resultado do período. Na determinação da vida útil foram considerados, entre outros, os seguintes fatores: uso esperado do ativo; desgaste e quebra física esperada; obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço resultante do ativo; limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos arrendamentos mercantis relacionados. A depreciação foi realizada assim que cada item do ativo imobilizado estava disponível para uso. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

CONTA PATRIMONIAL	VALOR AQUISITIVO 2015	DEPRECIAÇÃO + AJUSTES	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR FINAL 2022
MAQ.EQUIPAMENTOS	192.370,83	19.237,08	73.920,89	99.212,86
VEICULOS	60.542,83	-	60.542,83	0

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos foram revisados e ajustados, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço, os valores serão revisados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

(n) Intangível: É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos. A empresa avalia ao final de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização. A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis – software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

(o) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

(p) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(q) Imposto de renda e contribuição social

Nas empresas tributadas pelo simples nacional, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares do simples nacional.

(r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões quando envolviam incertezas foram constituídas dentro da melhor estimativa, fortemente alicerçadas sobre opiniões de especialistas. Quando ligadas à área jurídica, as mesmas refletem a opinião dos assessores jurídicos e advogados responsáveis por tais demandas, sempre levando em conta o Princípio da Prudência,

conforme determina a Resolução CFC 750/1993 e Resolução CFC Nº. 1111/2007. A opinião dos advogados encontra-se baseada no critério da similaridade com processos anteriores, a complexidade e o próprio posicionamento dos Tribunais. Desta forma a administração da sociedade considera que as provisões são suficientes e refletem a melhor posição patrimonial nas respectivas datas das demonstrações contábeis.

As provisões foram constituídas quando a empresa tinha uma obrigação na data das demonstrações contábeis resultado de eventos passados, era provável a exigência de benefício econômico para liquidação e o valor da obrigação pudesse ser estimado em base confiável.

Os passivos contingentes somente foram reconhecidos quando existia probabilidade de saída de recursos e fosse possível estimar de maneira confiável o montante.

O Grupo possui outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os ativos contingentes não foram reconhecidos, sendo estes, citados apenas nesta Nota Explicativa.

(s) Dividendos

A distribuição de dividendos para os sócios da empresa é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles.

(t) Benefícios aos empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem-estar dos funcionários e também de seus familiares e, por esta razão, a empresa oferece assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno, vale-transporte e programa de participação de resultados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Representado por:

	2021	2022
Caixa	206.802,94	446.571,10
Banco conta movimento	75.856,91	79.749,06
Aplicação	163.501,98	3.942,96
	446.161,83	530.263,12

4. CONTAS A RECEBER

Os clientes faturados e os clientes a faturar com base nos serviços prestados e comprovador por medições, ambos estão reconhecidos pelo valor líquido de realização.

Representado por:

Clientes - Circulante

	2021	2022
Cientes a receber	247.597,48	0
	247.597,48	0

5 TRIBUTOS A RECUPERAR

	2021	2022
Tributos a recuperar (i)	6.728,50	1.263,10
	665.606,95	1.263,10

(i) Impostos retidos sobre as notas fiscais de saídas entre outros pendentes de compensação.

6. ESTOQUES

	2021	2022
Mercadoria para revenda	42.602,30	45.025,72
Outros materiais	0	0
	42.602,30	45.025,72

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

CONTA PATRIMONIAL	VALOR AQUISITIVO 2015	DEPRECIACÃO + AJUSTES	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR FINAL 2022
MAQ.EQUIPAMENTOS	192.370,83	19.237,08	73.920,89	99.212,86
VEICULOS	60.542,83	-	60.542,83	0

8. FORNECEDORES

	2021	2022
Fornecedores diversos	0	0
	0	0

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2021	2022
Salários a pagar	52.134,82	57.617,84
Rescisões a pagar	0	0
Obrigações com pró-labore	930,05	930,05
Mensalidade Sindical	0	0
FGTS	6.739,00	7.761,53
INSS	16.060,73	0
Pensão Alimentícia a pagar	0	0
Provisões Férias	74.301,21	102.955,26
Férias a pagar	0	0
	149.895,81	169.264,68

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS e PREVIDENCIARIAS

Obrigações tributárias - Circulante

	2021	2022
Tributos retidos	0	0
Demais tributos a recolher	26.690,51	20.776,62
	26.690,51	20.776,62

Obrigações tributárias – Não Circulante

	2021	2022
Impostos parcelados (i)	31.304,14	0
	31.304,14	0

(i) Diversos processos de parcelamento simplificado de assuntos previdenciários e não previdenciários.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos - Circulante

	2021	2022
Empréstimos Terceiros	140.636,39	0
	140.636,39	0

12. ADIANTAMENTO A CLIENTES

	2021	2022
Obrigações com adiantamento de clientes	0	0
	0	0

13. OUTROS PASSIVOS

	2021	2022
Depositos Judiciais/Garantia	0	0
	0	0

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 175.000,00 totalmente subscritos e integralizados, sendo representado por 175.000,00 ações ordinárias com valor nominal igual a R\$ 1,00.

Sócios	Nº de Quotas	Valor
Adelibe Alves Farias	175.000,00	175.000,00
	175.000,00	175.000,00

14.2. Reservas de Lucros

	2021	2022
Lucros Acumulados	400.351,84	400.351,84
Lucro Líquido do exercício	0	
Prejuízo do exercício	0	
	614.845,35	113.086,74

15. DRE

Descrição	2021	2022
RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	1.812.356,33	1.904.013,37
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	<u>(188.087,61)</u>	<u>(239.329,43)</u>
= RECEITA LÍQUIDA	<u>1.624.268,72</u>	<u>1.664.683,94</u>
(-) CMV		
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(18.258,13)	0,00
= LUCRO BRUTO	<u>1.606.010,59</u>	<u>1.664.683,94</u>
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
SALÁRIOS E ORDENADOS	(707.780,55)	(860.458,36)
PRÓ-LABORE	(12.540,00)	(12.540,00)
13º SALÁRIO	(59.369,72)	(99.822,58)
FÉRIAS	(66.852,13)	(112.272,12)
INSS	(152.938,00)	(196.495,33)
FGTS	(80.310,00)	(98.163,84)
INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	(5.626,23)	(1.729,64)
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	(459,00)	0,00
VALE TRANSPORTE	16.113,08	34.585,50
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO EMPREGADOS	(36.701,26)	35.060,97
UNIFORMES	(560,00)	0,00
DESPESAS DIVERSAS	(169.932,52)	(198.992,25)
ENERGIA ELÉTRICA	(2.194,30)	(2.012,44)
ÁGUA E ESGOTO	(450,00)	0,00
TELEFONE	(1.933,49)	(1.027,78)
SEGUROS	(12.474,99)	(916,13)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(91.938,56)	(23.550,69)
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(18.228,68)	0,00
MATERIAL USO E CONSUMO	(86.843,79)	(65.856,84)
DESPESAS COM CONDOMÍNIO	(254,01)	0,00
DEPRECIACÕES	(20.840,17)	(19.237,08)
DESPESAS BANCÁRIAS	(3.249,79)	(1.418,45)
= LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL	<u>(1.515.364,11)</u>	<u>(1.624.847,06)</u>
= RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E CSLL	<u>90.646,48</u>	<u>39.836,88</u>
= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		

= LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>90.646,48</u>	<u>39.836,88</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>90.646,48</u>	<u>39.836,88</u>
	<u>90.646,48</u>	<u>39.836,88</u>

16. DMPL

	CAPITAL SOCIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	175.000,00	400.351,84	575.351,84
Lucro/ Prejuízo Líquido do Exercício		39.836,88	39.836,88
TOTAL		440.188,72	615.188,72

BRUNO DE LIMA BIANA

CRC/sc: 041669/-O-3

CPF: 034.897.565-17